Notícias do dia 09 de setembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 7 | Número de veículos: 7

VERDE VALE FM 103,7 - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO vai fiscalizar ações do governo contra crise hídrica 3

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO vai fiscalizar ações do governo contra crise hídrica 4

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE decide acompanhar medidas do Estado para enfrentar crise hídrica 5

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE fiscalizará ações da Semad e da Saneago para enfrentamento da crise hídrica 6

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação 7

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO
Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação 9

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020 11

TCE-GO vai fiscalizar ações do governo contra crise hídrica

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) acolheu pedido do Ministério Público de Contas (MP de Contas) e decidiu instaurar procedimento para acompanhar as medidas adotadas pelo Estado de **Goiás** no enfrentamento da crise hídrica. O despacho foi assinado na quarta-feira (8), pelo **conselheiro Celmar Rech**.

Segundo o **TCE**, a fiscalização vai verificar as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pela Saneago sobre à suficiência e adequação dos reservatórios de água, bem como definição de diretrizes e qualidade da articulação para a segurança hídrica. O órgão também vai acompanhar planos de médio e longo prazos para recuperar as bacias.

O pedido do MP de Contas, destaca-se, teve como intuito minimizar possíveis erros da gestão estadual. "O principal objetivo é que o Tribunal de Contas possa se adiantar e promover um acompanhamento em tempo real das ações adotadas pelos responsáveis, visando minimizar eventuais erros e omissões. Uma fiscalização atuante e que se antecipe aos principais problemas pode trazer benefícios muito grandes à sociedade. A representação é uma espécie de provocação ao **TCE**/GO, no sentido de que este mobilize equipe de especialistas para avaliar a situação, apontar eventuais problemas e delinear soluções em tempo hábil", informou o **TCE** sobre a demanda, no começo do mês.

Motivação para o MP de Contas ao **TCE**

A solicitação do MPC foi motivada por um alerta de emergência hídrica emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) no fim de maio, acerca da Bacia do Paraná. Fazem parte desta: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Segundo o órgão, à época, as perspectivas climáticas para este ano e o próximo indicam que, de maio ao fim de setembro, haverá o período de menor volume de chuvas na região central do País. O próprio texto reforçava que era a primeira vez que este tipo de alerta era emitido.

A representação do MPC-GO lembrou, ainda, que o Rio Meia Ponte atingiu nível crítico um mês antes que em 2020. "Assim, verifica-se que a situação dos recursos hídricos em **Goiás** é crítica, o que demanda a devida atenção das autoridades públicas a fim de evitar o agravamento deste cenário, bem como o devido acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis em relação às medidas adotadas."

Site: http://verdevale103.com.br/noticia-1528108051-tce-go-vai-fiscalizar-acoes-do-governo-contra-crise-hidrica

TCE-GO vai fiscalizar ações do governo contra crise hídrica

O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) acolheu pedido do Ministério Público de Contas (MP de Contas) e decidiu instaurar procedimento para acompanhar as medidas adotadas pelo Estado de **Goiás** no enfrentamento da crise hídrica. O despacho foi assinado na quarta-feira (8), pelo **conselheiro Celmar Rech**.

Segundo o **TCE**, a fiscalização vai verificar as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pela Saneago sobre à suficiência e adequação dos reservatórios de água, bem como definição de diretrizes e qualidade da articulação para a segurança hídrica. O órgão também vai acompanhar planos de médio e longo prazos para recuperar as bacias.

O pedido do MP de Contas , destaca-se, teve como intuito minimizar possíveis erros da gestão estadual . "O principal objetivo é que o Tribunal de Contas possa se adiantar e promover um acompanhamento em tempo real das ações adotadas pelos responsáveis, visando minimizar eventuais erros e omissões. Uma fiscalização atuante e que se antecipe aos principais problemas pode trazer benefícios muito grandes à sociedade. A representação é uma espécie de provocação ao **TCE**/GO, no sentido de que este mobilize equipe de especialistas para avaliar a situação, apontar eventuais problemas e delinear soluções em tempo hábil", informou o **TCE** sobre a demanda, no começo do mês.

Motivação para o MP de Contas ao **TCE**

A solicitação do MPC foi motivada por um alerta de emergência hídrica emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) no fim de maio , acerca da Bacia do Paraná. Fazem parte desta: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

Segundo o órgão, à época, as perspectivas climáticas para este ano e o próximo indicam que, de maio ao fim de setembro, haverá o período de menor volume de chuvas na região central do País. O próprio texto reforçava que era a primeira vez que este tipo de alerta era emitido.

A representação do MPC-GO lembrou , ainda, que o Rio Meia Ponte atingiu nível crítico um mês antes que em 2020 . "Assim, verifica-se que a situação dos recursos hídricos em **Goiás** é crítica, o que demanda a devida atenção das autoridades públicas a fim de evitar o agravamento deste cenário, bem como o devido acompanhamento por parte dos órgãos responsáveis em relação às medidas adotadas."

Site: https://www.emaisgoias.com.br/tce-go-vai-fiscalizar-acoes-do-governo-contra-crise-hidrica/

TCE decide acompanhar medidas do Estado para enfrentar crise hídrica

A Redação

Goiânia - O **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) vai instaurar procedimento para acompanhar as medidas adotadas pelo Estado no enfrentamento da crise hídrica. Por meio do Despacho nº 1028/2021, assinado ontem (8/9), o **conselheiro Celmar Rech** acolheu sugestão do Ministério Público de Contas e determinou à Secretaria de Controle Externo do **TCE** que apresente plano para o início dos trabalhos.

A fiscalização avaliará as providências adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pela Saneago, especialmente no que diz respeito à suficiência e adequação dos reservatórios de água, definição de diretrizes e qualidade da articulação para a segurança hídrica, além dos planos de médio e longo prazos para recuperação da capacidade das bacias prioritárias ao abastecimento.

O **conselheiro** Celmar esclareceu que já vinha mantendo contato com a Semad e com a Saneago com o propósito de conhecer os riscos, planos e estágio de execução de medidas relativas ao adequado abastecimento de água e gestão dos reservatórios. Por essa razão, avaliou como oportuna a sugestão do Ministério Público de Contas no sentido de instaurar procedimento formal para o acompanhamento da situação hídrica do Estado de **Goiás**, especialmente por reconhecer a relevância da matéria no contexto das circunstâncias enfrentadas por **Goiás** em razão do período de estiagem.

A proposta de trabalho da Secretaria de Controle Externo deverá estabelecer modelo de fiscalização periódica.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/155999/tce-decide-acompanhar-medidas-do-estado-para-enfrentar-crise-hidrica

TCE fiscalizará ações da Semad e da Saneago para enfrentamento da crise hídrica

Aline Oliveira Carlêto

Tribunal avaliará definição de diretrizes para articulação de segurança hídrica e planos a médio e longo prazos para recuperação da capacidade das bacias prioritárias de abastecimento

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) acolheu a orientação do Ministério Público de Contas e instaurará procedimento para acompanhar ações do governo no enfrentamento da crise hídrica. A fiscalização avaliará providências adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e pela Saneago.

A intenção é fiscalizar definição de diretrizes para articulação para segurança hídrica. Os planos a médio e longo prazos para recuperação da capacidade das bacias prioritárias de abastecimento também serão objeto das ações do **TCE**-GO.

O Despacho nº 1028/2021, assinado pelo **conselheiro Celmar Rech**, determinou à Secretaria de Controle Externo do **TCE** apresentação de um plano, que deverá estabelecer modelo de fiscalização periódica. Antes da medida, o **conselheiro** já mantinha contato com a Semad e com a Saneago a fim de conhecer riscos, planos e estágios de execução de ações relativas ao abastecimento de água.

Site: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/tce-fiscalizara-acoes-da-semad-e-da-saneago-para-enfrentamento-da-crise-hidrica-351159/

Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 9, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 69 processos legislativos aptos à apreciação. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 13 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 23 em fase de primeira apreciação e 30 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também duas matérias da Governadoria em definitivo. Há ainda, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6963/21 , do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do chefe do Poder Executivo. O projeto de lei obteve 28 votos para retificar sua aprovação e nenhuma manifestação contrária.

De acordo com a proposta governamental, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de professor, níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, professor assistente, níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de professor, níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e agente administrativo educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto busca autorizar o chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza. Serão beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

A iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Inclusão

Em fase de primeira apreciação, a pauta traz o projeto nº 3957/19 , esse de iniciativa parlamentar, assinado pelo deputado Karlos Cabral (PDT), que pretende garantir que diagnosticados com audição unilateral possam concorrer às vagas de cargos da administração pública e de empresas que são legalmente incumbidas a preencher com pessoas com deficiência.

Como expõe o parlamentar na matéria, a notícia de que indivíduo com surdez unilateral não pode concorrer em concurso nas vagas destinadas à pessoa com deficiência choca não só pela natureza drástica da medida, mas também pela injustiça. "Há uma lei estadual na Paraíba e projetos de lei em alguns estados, como Rio de Janeiro, que qualificam a surdez unilateral como deficiência. O presente projeto de lei, portanto, busca incluir o fundamento dessa decisão no corpo da legislação estadual em vigor, a fim de evitar que qualquer interessado tenha que recorrer ao Judiciário para assegurar o direito", explica Cabral.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 9, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também, pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br .

Site: https://www.gazetadoestado.com.br/ultima-sessao-deliberativa-da-semana-tem-extensa-pauta-de-votacao-3/

Última sessão deliberativa da semana tem extensa pauta de votação

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realiza nesta quinta-feira, 9, a última sessão ordinária da semana. Na pauta de votação constam 69 processos legislativos aptos à apreciação. Com início às 15 horas, a reunião será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getulino Artiaga, e outra parte de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião de hoje, a pauta traz 13 projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 23 em fase de primeira apreciação e 30 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também duas matérias da Governadoria em definitivo. Há ainda, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6963/21 , do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). Também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do chefe do Poder Executivo. O projeto de lei obteve 28 votos para retificar sua aprovação e nenhuma manifestação contrária.

De acordo com a proposta governamental, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de professor, níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, professor assistente, níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de professor, níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e agente administrativo educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto busca autorizar o chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza. Serão beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

A iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Inclusão

Em fase de primeira apreciação, a pauta traz o projeto nº 3957/19 , esse de iniciativa parlamentar, assinado pelo deputado Karlos Cabral (PDT), que pretende garantir que diagnosticados com audição unilateral possam concorrer às vagas de cargos da administração pública e de empresas que são legalmente incumbidas a preencher com pessoas com deficiência.

Como expõe o parlamentar na matéria, a notícia de que indivíduo com surdez unilateral não pode concorrer em concurso nas vagas destinadas à pessoa com deficiência choca não só pela natureza drástica da medida, mas também pela injustiça. "Há uma lei estadual na Paraíba e projetos de lei em alguns estados, como Rio de Janeiro, que qualificam a surdez unilateral como deficiência. O presente projeto de lei, portanto, busca incluir o fundamento dessa decisão no corpo da legislação estadual em vigor, a fim de evitar que qualquer interessado tenha que recorrer ao Judiciário para assegurar o direito", explica Cabral.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas nesta quinta-feira, 9, consulte a pauta prévia .

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também, pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br .

Site: https://www.gazetaplay.com.br/ultima-sessao-deliberativa-da-semana-tem-extensa-pauta-de-votacao-3/

TCE aprova contas do governo Ronaldo Caiado de 2020

O Balanço Geral do Estado de 2020, referente ao segundo ano do governo Ronaldo Caiado, foi aprovado pelo **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) na quarta-feira (16/6). O parecer pela aprovação, do relator **Sebastião Tejota**, foi o voto vencedor, baseado pela área técnica do órgão, e não houve ressalvas. Com ele votaram os conselheiros **Celmar Rech**, **Saulo Mesquita** e **Helder Valin**.

"A aprovação das contas do Governo do Estado, seguindo o voto do **conselheiro Sebastião Tejota**, sem ressalvas, foi importante", afirma a secretária da Economia do Estado de **Goiás**, Cristiane Schmidt. "O resultado mostra que estamos no rumo certo, que fizemos o dever de casa", destaca. "Estabelecemos diálogo todo o ano com o **TCE** e realizamos uma gestão ética, transparente e eficaz", pontua.

Os conselheiros Carla Santillo e **Kennedy Trindade** também votaram pela aprovação das contas e apresentaram recomendações ao governo, que serão estudadas pela área técnica da Secretaria da Economia.

Como destaque do relatório, a secretária Cristiane Schmidt mostra o cumprimento dos gastos constitucionais para a saúde e a educação. "Não apenas cumprimos a exigência, nós aplicamos acima do limite", informa. O Estado aplicou 12,77% na saúde, acima do limite mínimo constitucional de 12%. O mesmo aconteceu na educação (25,24%).

A secretária liderou equipe que foi ao **TCE**, em abril, entregar pessoalmente o Balanço Geral do Estado e os relatórios do Controle Interno da **CGE** do ano passado, ao lado do controlador-geral, Henrique Ziller, e técnicos da Economia. Foram recebidos pelo presidente **Edson Ferrari** e pelo relator, **Sebastião Tejota**.

No que diz respeito à seis determinações e 10 recomendações do **TCE**, a secretária Cristiane Schmidt diz que são "questões pontuais, que serão atendidas em alinhamento ao tribunal e não envolvem apenas o Executivo, mas outros Poderes e órgãos. Segundo avalia, "as questões relativas ao Executivo vamos resolver com presteza para tornar ainda mais transparentes os números do balanço".

A elaboração do Balanço Geral do Estado é uma obrigação legal e inclui as contas do Executivo, dos Poderes Legislativo e Judiciário e de órgãos autônomos como Ministério Público (MP), **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) e Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). O documento é construído em três eixos de análise: gestão orçamentária, patrimonial e fiscal. Pela segunda vez, o Estado de **Goiás** fez a entrega eletrônica de todos os documentos que compõem a prestação de contas.

Site: https://goias24horas.com.br/171910-tce-aprova-contas-do-governo-ronaldo-caiado-de-2020/